



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

01 de maio de 2018

A Notícia
Capa e Infraestrutura

“Estudantes reclamam das condições do trajeto”

Estudantes reclamam das condições do trajeto / Perigo / Rua Dona Francisca / Estudantes / UFSC / Ciclofaixa / Sinalização / Universidade Federal de Santa Catarina / Joinville / Ciro Friske Emidio / Curso de Engenharia Aeroespacial / Perini Business Park / Distrito Industrial / Prefeitura Municipal e Joinville / Rua Arno Waldemar Döhler / Curso de Engenharia Mecatrônica / Jéssica Medalha / Bicicleta / Diretório Central dos Estudantes / DCE / Patrícia Maehler / Ciências da tecnologia / Secretaria do Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável / Sepud / Departamento Estadual de Infraestrutura / Deinfra



INFRAESTRUTURA

ESTUDANTES RECLAMAM DAS CONDIÇÕES DO TRAJETO

BURACOS, AUSÊNCIA DE ciclofaixa e sinalização apagada ao longo da rua Dona Francisca são os alvos das queixas dos estudantes da UFSC

GABRIELA FLORÊNCIO
gabriela.florencio@somosnsc.com.br

A trepidação do guidão, entre uma pedalada e outra, demonstra a situação enfrentada por alguns estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Joinville durante o trajeto de casa até a faculdade. Para **Ciro Friske Emídio**, 20 anos, estudante de engenharia aeroespacial, chegar a salvo na faculdade tem sido desafio constante, já que os buracos, a falta de sinalização e a ausência de ciclofaixa tornam o caminho do ciclista perigoso.

No início deste ano, a universidade mudou de endereço, obrigando os alunos a percorrer alguns quilômetros a mais para chegar ao local. A unidade saiu da rua Presidente Prudente de Moraes, no bairro Santo Antônio, para o condomínio empresarial Perini Business Park, situado rua Dona Francisca, no Distrito Industrial. Agora, entre um prédio e outro, são aproximadamente oito quilômetros de diferença.

O aumento na distância não representaria um problema, conforme os alunos, se o caminho fosse seguro. **Ciro** realiza o trajeto de casa, no bairro Iri-riú, até a faculdade de bicicleta – totalizando 20 quilômetros, entre ida e volta – e, antes da mudança, a bike já era o principal meio de transporte dele.

Ainda que experiente, o aluno teme pela vida dele e dos outros estudantes ao fazer o trajeto até a faculdade. Diariamente, aproximadamente 150 estudantes pedalam até a UFSC. **Ciro** diz que já se envolveu em um pequeno acidente enquanto ia para a universidade. Além dele, há relato de outros estudantes que já sofreram acidentes e também de um professor.

– É muito complicado. A gente teme muito pela nossa segurança, a situação da rua aqui está bem precária – defende o estudante.

A rua Dona Francisca é líder no ranking de acidentes de trânsito neste ano em Joinville. Conforme levantamento realizado pelos Bombeiros Voluntários, até o final do mês de março, 26 ocorrências já haviam sido registradas – representando 4% de todos os 652 atendimentos feitos na cidade pela corporação até a data. Ainda segundo a pesquisa, os horários mais frequentes

são as 16h e as 22h.

A Prefeitura de Joinville foi questionada e informou, por meio de nota, que está elaborando um projeto de calçada compartilhada com ciclovia para facilitar o acesso ao campus da UFSC, pela rua Dona Francisca. Como é um projeto que vai exigir também acordo com proprietários dos terrenos – a calçada é uma obrigação dos donos dos imóveis – será feita uma avaliação com os mesmos. Ainda não há previsão de instalação da estrutura.

Já o governo do Estado informou que a responsabilidade de reforma da rua Dona Francisca é do município.

FALTA DE MANUTENÇÃO AUMENTA O RISCO

A péssima condição do trecho é o fator principal citado pelos estudantes como causador de acidentes. Segundo **Ciro**, os problemas que pedestres e ciclistas enfrentam para chegar à UFSC são a falta de um local adequado, seja ciclofaixa, ciclovia ou calçada compartilhada, sinalização horizontal e vertical apagada, há vários buracos, falta de roçada e asfalto no acostamento.

– A pior parte começa depois da Döhler e vem até aqui (na universidade). Como o trajeto é no acostamento de barro, a bike derrapa muito. Além disso, os caminhões e ônibus andam em alta velocidade, colocando nossa vida em risco – conta **Ciro**.

O trecho que o ciclista se refere começa na rua Arno Waldemar Döhler e vai até a UFSC – quase seis quilômetros de um trajeto total de 7,5 quilômetros. A sensação de insegurança é compartilhada pela estudante de engenharia mecatrônica **Jéssica Medalha**. Ela explica que, além da falta de manutenção, há outro fator que torna a rua muito perigosa: há tráfego intenso de veículos pesados, já que a rua dá acesso a muitas empresas e indústrias.

– Os motoristas são distraídos, não prestam atenção no ciclista, nem onde ele está e nem para onde ele vai. Às vezes, a gente precisa desviar de um buraco ou de um tapa-buraco, e ainda tem que se preocupar com os carros e caminhões – argumenta **Jéssica**, que percorre aproximadamente 12 quilômetros, entre ida e volta, para chegar à universidade.

“

A gente teme muito pela nossa segurança, a situação da rua aqui está bem precária. A pior parte começa depois da Döhler e vem até aqui (na universidade). Como o trajeto é no acostamento de barro, a bike derrapa muito. Além disso, os caminhões e ônibus andam em alta velocidade, colocando nossa vida em risco.

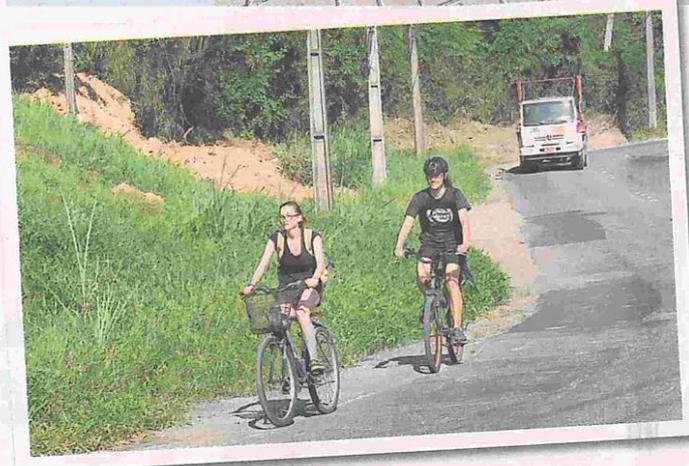
CIRO FRISKE EMÍDIO
estudante

“

Os motoristas são distraídos, não prestam atenção no ciclista, nem onde ele está e nem para onde ele vai. Às vezes, a gente precisa desviar de um buraco ou de um tapa-buraco, e ainda tem que se preocupar com os carros e caminhões

JÉSSICA MEDALHA
estudante

Desde que a UFSC mudou para o Perini estudantes estão preocupados com a segurança no deslocamento





No percurso da rua Dona Francisca não há acostamento nem ciclovia para as bicicletas

150

é o número de estudantes que pedalam pela região todos os dias. Mas chegaria a 300 se as condições fossem melhores.

Preocupação gera debates

Atualmente, cerca de 150 estudantes transitam pela região de bicicleta. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) realizou uma pesquisa e argumentou que, se houvesse uma rua adequada, o número chegaria a 300 ciclistas. É o caso de Patrícia Maehler de 20 anos, estudante de ciências da tecnologia, que deseja ir à universidade de bike, por ser mais econômico, mas não o faz por receio da mãe, que teme pela vida da filha.

Preocupada com a segurança dos alunos, a equipe do DCE convocou uma reunião com os governos municipal e estadual para conversar sobre o assunto. Segundo Patrícia, que também faz parte do movimento estudantil, o encontro ocorreu no início deste mês, com a Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (Sepud) e com o Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra). Na ocasião, os estudan-

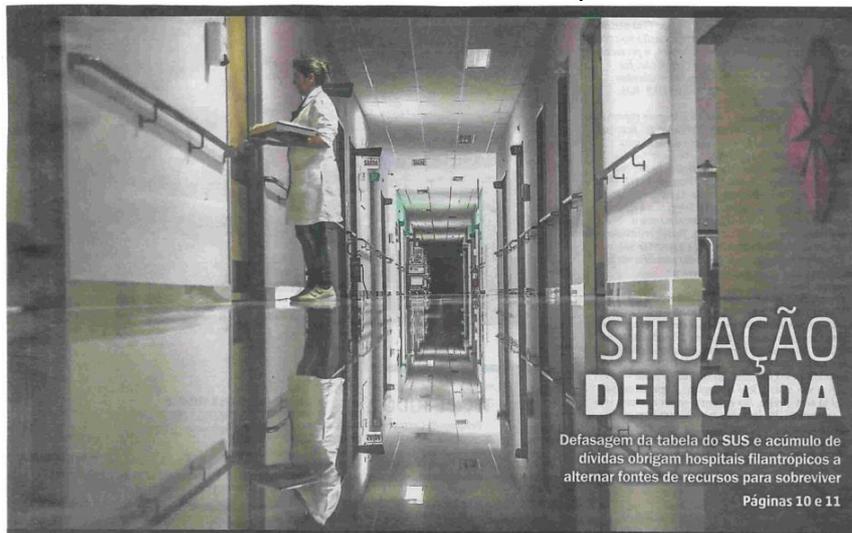
tes foram informados de que já havia um projeto do município para construção de uma calçada no trecho, mas ainda sem prazo para acontecer. Para Patrícia, o poder público já deveria ter realizado um projeto na rua Dona Francisca, já que, além dos estudantes, há alguns anos os trabalhadores vão para a região de bicicleta ou a pé, correndo o mesmo risco.

– Nós não queremos ter que esperar algo mais grave acontecer, uma morte ou uma tragédia, para que voltem os olhos para cá – conclui a jovem.

Em 2007, com a expansão do parque industrial, a Prefeitura chegou a cogitar a duplicação de 5,6 mil metros da rua Dona Francisca. À época, havia emenda de mais de R\$ 25 milhões para a duplicação. O que travou o projeto foi o dinheiro para as desapropriações, e a obra acabou sendo descartada, apesar do movimento empresarial.

Diário Catarinense Capa e Saúde “Filantrópicos em estado grave”

Filantrópicos em estado grave / Hospitais filantrópicos / Santa Catarina / Sistema Único de Saúde / SUS / Secretaria de Estado da Saúde / Crise / Hospitais públicos / Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas de Santa Catarina / Hilário Dalmann / Associação dos Hospitais / Governo Federal / Governo Estadual / Hospital Universitário / UFSC



SITUAÇÃO DELICADA

Defasagem da tabela do SUS e acúmulo de dívidas obrigam hospitais filantrópicos a alternar fontes de recursos para sobreviver

Páginas 10 e 11

SAÚDE

FILANTRÓPICOS EM ESTADO GRAVE

HOSPITAIS QUE RESPONDEM por 70% dos atendimentos públicos em Santa Catarina registram atraso de R\$ 70 milhões em repasses do governo do Estado. As 182 unidades enfrentam dificuldades e recorrem a empréstimos e apoio da população

KARINE WENZEL
karine.wenzel@somosnsc.com.br

Os hospitais filantrópicos respondem por cerca de 70% dos atendimentos em Santa Catarina, mas enfrentam muitas dificuldades. Com tabela defasada de pagamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dívidas – só da Secretaria de Saúde são cerca de R\$ 70 milhões a receber –, as unidades tentam contornar a crise com empréstimos bancários, apoio de empresários e outras fontes de recursos. São 182 unidades desse tipo no Estado, que representam um fôlego para os hospitais públicos e, em muitas cidades, são a única opção para tratamento.

O presidente da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas de Santa Catarina, Hilário Dalmann, explica que atualmente a maior dificuldade do setor é o financiamento:

– O cenário é péssimo, a situação é caótica dos hospitais em Santa Catarina. Com uma tabela do SUS que não é atualizada há mais de 20 anos, onde você atende um paciente e gasta R\$ 100 e eles cedem R\$ 60, não há empresa que sobreviva. Se não fossem esses hospitais, o Estado não tinha como atender a população. No interior, na maioria das cidades, são os únicos hospitais.

Dalmann defende que para encontrar o equilíbrio das contas, as unidades – que são obrigadas a ter pelo menos 60% de atendimento pelo SUS – deveriam ter no máximo esse percentual e o restante de atendimentos particulares e por plano. Na prática, não é isso que ocorre. A maioria presta percentuais ainda maiores de atendimento público.

É o caso do Hospital São José, em Criciúma, que atende mais de 80% pelo SUS e enfrenta situação crítica. Somado o que tem para receber do governo estadual e do município, a unidade calcula R\$ 30 milhões em dívidas.

– Somos uma referência para

toda região Sul do Estado no tratamento oncológico. O hospital tem a maior importância para que a população não tenha mais necessidade de ambulancioterapia, que faz com que os pacientes saiam da região em busca de tratamento – afirma Raphael Elias Farias, diretor técnico da unidade, que também atende especialidades como cardiologia e neurologia.

A dona de casa Edna Rosi Réus Sant'Ana é uma das pacientes da unidade. Ela luta desde janeiro de 2017 contra um câncer de mama e teve atendimento no São José. Para ela, que mora em Araranguá, a proximidade foi fundamental:

– Todo o tratamento foi feito aqui, a partir do momento da biópsia me encaminharam para cá. Eu cheguei a pensar que se não tivesse a Unacon [Unidade de Alta Complexidade em Oncologia], em Criciúma, eu não estaria aqui, porque teria que fazer o tratamento em Florianópolis. É muito difícil para a gente ir para lá.

UNIÃO PAGA EM DIA, MAS GOVERNO ESTADUAL ATRASAZ

Em 2016, funcionários do hospital chegaram a entrar em greve por falta de pagamento, mas agora, segundo Farias, o atendimento está normalizado. Altamiro Bitencourt, relações institucionais do São José e presidente da Associação de Hospitais de Santa Catarina (Ahesc), reforça que o Ministério da Saúde paga em dia, porém o atraso ocorre no repasse da Secretaria de Estado da Saúde e do município.

– Nós sustentamos o SUS. Em uma consulta recebemos R\$ 10 e temos que repassar R\$ 30 para o médico. Cada R\$ 100 que o hospital coloca, ele só recebe R\$ 65 do SUS, como a tabela que está desde 1994 sem reajuste.

O hospital com o mesmo nome, mas do outro lado do Estado, em Jaraguá do Sul, também enfrenta dificuldades. O São José, do Norte de SC, atende cerca de 80% pelo SUS e é referência em alta com-

plexidade nos atendimentos de oncologia, neurologia, ortopedia e transplante de fígado e rins. Hoje, a instituição tem R\$ 13,4 milhões para receber. São recursos que deveriam vir do governo federal para custear os procedimentos chamados de extrateto, aqueles que passaram do que era previsto para a unidade. Diante dessa dívida, que se acumula desde 2015, o hospital precisou recorrer a empréstimos bancários para arcar com folha de pagamento, prestadores de serviço e fornecedores.

– Quando temos que tratar com o SUS, temos essas esferas [município, Estado e União] que ficam transferindo decisões, mas a porta aberta do hospital não pode parar. Se esse dinheiro estivesse na caixa da instituição, não precisaríamos ter ido buscar dinheiro no sistema bancário – diz o diretor do hospital, Maurício Souto-Maior.

AJUDA DE EMPRESÁRIOS PARA GARANTIR SERVIÇO

Uma das soluções encontradas em Jaraguá do Sul para ajudar na compra de equipamentos e na realização de obras no hospital de 82 anos vem dos empresários locais. Ao ser identificada uma necessidade, eles são acionados pelo Conselho Deliberativo, composto por integrantes voluntários.

Duas Rodas, Grupo Malwee, Marisol, Urbano e WEG são algumas das empresas que costumam doar. De 2004 até 2017, foram investidos R\$ 82,2 milhões no hospital, sendo que R\$ 33,9 milhões vieram das doações de empresários e R\$ 25,3 milhões foram do governo estadual.

Para dar mais apoio a esses hospitais no Estado, em 2016 foi criado um Fundo de Apoio dos Hospitais Filantrópicos de SC. Com repasse de 0,17% da receita líquida disponível do tesouro do governo do Estado, os valores do fundo em 2017 foram de R\$ 25,6 milhões e em 2018 a previsão é de R\$ 27,7 milhões. Porém os recursos são destinados apenas para cirurgias eletivas e também são repassados ao Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) e ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (Hemoc).

Colaboraram Cinthia Raasch, Guilherme Porcher e Lariane Cagnini



Hospitais prestam serviços de urgência e emergência, além de cirurgias eletivas, o que ajuda a desafogar a demanda da rede pública. Mas tabela defasada do SUS mal cobre a despesa



Gicela aguardava cirurgia em hospital público, mas procedimento foi mais rápido no filantrópico



Federação defende que o viável seria atender até 60% dos pacientes pelo SUS, mas a maioria supera 80%, o que desequilibra as contas



O QUE SÃO HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

São instituições privadas, sem fins lucrativos, mas contratadas para prestar serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS). Via de regra, no mínimo 60% dos atendimentos do hospital devem ser feitos pelo SUS. Os recursos são repassados às unidades pelo Ministério da Saúde via Estado ou município. Também pode haver complementação de verbas por parte do poder público municipal e estadual. Em Santa Catarina, são unidades essenciais no atendimento à população, principalmente no interior.



Cláudio Marmentini, diretor do Hospital Regional Helmuth Nass, de Biguaçu, explica que contrato fixo com o SUS, sem atender emergências, é mais viável

Instituição de Biguaçu comprova sistema mais eficiente de operação, sem atender emergências

Gicela Machado, 34 anos, teve de percorrer cerca de 100 quilômetros para realizar a cirurgia pela qual aguardou cinco anos. A repositora de supermercado veio de Anitápolis, fez exames e o procedimento no Hospital Regional Helmuth Nass, em Biguaçu. Ela aguardava na fila em um hospital em Florianópolis, mas com uma mudança no sistema conseguiu ser encaixada para fazer o procedimento ginecológico na cidade vizinha.

Desde a primeira consulta na unidade até a cirurgia foram dois meses de espera:

– Se não tivesse esse hospital não teria sido atendida, eu estaria na fila ainda. Eu achei que não ia conseguir a cirurgia até ser encaminhada para cá. Estou aliviada.

Aberto em 2015, o hospital atende mais de 12 especialidades, realiza cirurgias eletivas de baixa e média complexidade, consultas, procedimentos em ambulatório e exames. O local tem um modelo de atendimento chamado de “portas fechadas” e não presta serviços urgência e emergência.

– Aqui, tem um recurso fixo pactuado, é diferente de onde tem um valor somente de pagamento da produção SUS. A maioria dos filantrópicos tem porta aberta, recebe por produção, não é valor fixo. E geralmente a produção SUS fica muito aquém do valor que você gasta – afirma o diretor do hospital, Cláudio Marmentini.

Nesse formato, os pacientes são encaminhados ao hospital, que atende 22 municípios, por outros serviços de saúde, como UPA e Samu. Inês Werlich, 50 anos, foi encaminhada do posto de saúde em Anitápolis para uma consulta com ginecologista na instituição em Biguaçu. Em menos de um mês, foi atendida por um especialista.

– Eu não tinha condições de pagar uma consulta particular e demora muito agendar pelo SUS. Mas aqui é muito bom, o atendimento foi muito rápido.

O Hospital Regional de Biguaçu recebe por mês R\$ 1,24 milhão do Ministério da Saúde, via município. São realizadas cerca de

2,2 mil consultas e 250 cirurgias mensais, todas pelo SUS.

Como só realiza o que está pactuado, a instituição trabalha sem dívidas. Porém, ao contrário do que foi acordado inicialmente, a Secretaria de Estado da Saúde não faz repasses à unidade – o valor previsto seria na ordem de R\$ 1,2 milhão.

Como o convênio nunca saiu do papel, praticamente metade dos 86 leitos de internação estão fechados. Mas isso deve ser solucionado em breve, acredita Marmentini. Há previsão de abrir uma maternidade de gestação de baixo risco para desafogar unidades da região, como o Regional de São José e a Carmela Dutra, em Florianópolis:

– Não tem como atender todas as especialidades, mas dá para vocacionar e ajudar na estrutura da região, porque que tem unidades sobrecarregadas.

Segundo a prefeitura de Biguaçu, a secretaria já sinalizou o repasse de R\$ 500 mil mensais para abertura de 42 leitos para atendimento das gestantes.

Sorteio de prêmios e ajuda na conta de luz para não fechar as portas em unidade de Joinville

O Hospital Bethesda, em Joinville, também conseguiu alcançar o equilíbrio das contas, mas com muito esforço. A unidade, que atende 87% pelo SUS, acumulava dívidas até 2015, quando resolveu captar recursos por meio de sorteios de prêmios semanais e doações da população diretamente na conta de luz.

Desde então, triplicou o número de atendimentos, que chegou a 180 mil no ano passado.

– Com a parceria, conseguimos equilíbrio, reformar o hospital. Isso quem ajuda é a comunidade, senão não teríamos condições de atender o que atendemos hoje – afirma o diretor da instituição, Hilário Dalmann.

O Bethesda ainda paga o empréstimo bancário feito na época em que trabalhava no vermelho. Se dependesse apenas do SUS, o déficit mensal seria de R\$ 250 mil. Segundo Dalmann, o hospital é o que mais realiza cirurgias eletivas, sem caráter de urgência ou emergência, em Santa Catarina.

CONTRAPONTO

O QUE DIZ O MINISTÉRIO DA SAÚDE

Esclarece, em nota, que não repassa recursos para nenhuma unidade hospitalar, incluindo os filantrópicos, mas sim aos respectivos fundos estaduais e municipais de saúde, responsáveis por fazer o gerenciamento e complemento da verba, com recursos próprios, e enviá-los às instituições públicas e contratualizadas com o SUS.

Afirma que a pasta realiza, periodicamente, adequações na tabela SUS, conforme prioridades estabelecidas e a partir de estudos técnicos. Só no ano passado, segundo o ministério, foram reajustados 79 procedimentos. Desde 2010, somam mais de mil.

Além disso, sustenta que a tabela SUS serve apenas como parâmetro, mas não como principal nem única forma para financiamento. Diz ainda que cada gestor local tem autonomia para implantar políticas e ações locais, assim como para habilitar, credenciar instituições e serviços pelo SUS com recursos e/ou iniciativas próprias.

O QUE DIZ A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

A pasta diz que os hospitais que fazem parte da chamada da rede complementar (exclui os estaduais, municipais e o Hospital Universitário da UFSC) respondem por 65,4% da produção hospitalar em SC. Reconhece a dívida, mas diz que é de R\$ 33 milhões, e não de R\$ 70 milhões. Afirma ainda que está fazendo esforços para regularizar os repasses, conforma a nota a seguir:

“A Secretaria de Estado da Saúde identifica dívida de R\$ 33 milhões com hospitais filantrópicos, envolvendo as áreas de cardiologia, oncologia, UTI e OPME (órgãos e próteses). A secretaria informa que está se reestruturando e negociando inclusive com Ministério da Saúde para viabilizar repasse adicional para auxiliar no pagamento destas dívidas. Outra ação é uma sensibilização do Fórum Parlamentar Catarinense no sentido de viabilizar emendas que contribuam para solucionar a questão dos filantrópicos”.

Diário Catarinense
Contracapa e Trânsito

“DNIT prevê terceira pista para Via Expressa”

DNIT prevê terceira pista para Via Expressa / Terceira pista nos planos / Via Expressa / BR-282 / BR-101 / Florianópolis / Obras / Governo federal / Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes / Ronaldo Carioni Barbosa / Dário Berger / Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Senado / Jorginho Mello / Fórum Parlamentar Catarinense / São José / Ponte Colombo Salles / Ponte Pedro Ivo Campos / Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis / Suderf / Observatório da Mobilidade Urbana / UFSC / Ilha de Santa Catarina / Transporte público



Terceira pista nos planos

A Via Expressa, como é conhecido o trecho da BR-282 que liga a BR-101 às principais pontes de Florianópolis, tem previsão de receber obras orçadas em R\$ 36 milhões do governo federal a partir de julho. **PÁGINA 14**



INOVIA SERRAVALLO

Diariamente, passam mais de 100 mil veículos no trecho de 5,1 quilômetros da BR-282 que liga a BR-101 à cabeceira das principais pontes da Capital

DNIT prevê terceira pista para Via Expressa

A EXPECTATIVA É de que as obras orçadas em R\$ 36 milhões iniciem entre julho e agosto e sejam concluídas em 18 meses. Recursos virão da União

EMERSON GASPERIN
emerson.gasperin@somosnsc.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT-SC) pretende lançar ainda neste mês o edital de licitação da construção da terceira pista nos dois sentidos da Via Expressa, de São José a Florianópolis. O projeto prevê que as faixas adicionais sejam usadas pelo transporte coletivo e por motocicletas. A expectativa é de que as obras, orçadas em R\$ 36 milhões, iniciem entre julho e agosto e fiquem prontas em 18 meses.

– Vamos tentar realizar a maioria dos trabalhos à noite para minimizar os transtornos à população – afirma o diretor regional do DNIT-SC, engenheiro Ronaldo Carioni Barbosa.

Os recursos para a obra virão do Orçamento da União e, conforme Barbosa, foram garantidos durante o período em que o senador Dário Berger (PMDB) presidiu a Comissão Mista de Planos, Orça-

mentos Públicos e Fiscalização do Senado, encerrado no último mês de março. O deputado federal Jorginho Mello (PR), à frente do Fórum Parlamentar Catarinense, também pleiteou verbas às obras viárias no Estado.

Ambos estavam presentes no anúncio, feito ontem na sede do DNIT. O senador lembrou que a ampliação da Via Expressa é uma reivindicação que remonta ao período em que foi prefeito de Florianópolis (2004-2012) e só não foi realizada antes porque “não havia projeto”.

– Se o recurso alocado não é utilizado em dois, três anos, passa para outra finalidade – explicou.

MAIS DE 100 MIL VEÍCULOS POR DIA

Segundo o órgão, pela Via Expressa – como é conhecido o trecho de 5,2 quilômetros da BR-282 que liga a BR-101 à cabeceira das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos – passam mais de 100 mil veículos por dia. Estudos

mostram que o movimento irá dobrar até 2036.

Levantamento da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf) em conjunto com o Observatório da Mobilidade Urbana da UFSC apontam que atualmente há 515 horários de ônibus diários que entram na Ilha de Santa Catarina por meio da Via Expressa – o único acesso terrestre à parte insular da Capital. A terceira pista irá beneficiar cerca de 22 mil passageiros, além das vantagens indiretas a todos os usuários.

– O motorista vai se sentir mais estimulado a deixar o carro em casa e optar pelo transporte público. E o corredor para os motociclistas também vai fazer com que diminuam os acidentes e, por consequência, agilize o fluxo – acredita o engenheiro, que fala por experiência própria: como morador de Palhoça, encara o congestionamento todos os dias para chegar ao local de trabalho, no Centro.

Projeto com valor total de R\$ 500 mi

A construção da terceira pista na Via Expressa faz parte de um projeto de R\$ 500 milhões, que contempla também o trecho da BR-101 nas imediações de Florianópolis. Um vídeo exibido pelo DNIT-SC mostra esse pedaço da rodovia com corredor exclusivo para ônibus, ciclovia, duas faixas marginais e mais três pistas em cada sentido. A intenção, diz o engenheiro Barbosa, é tirar do papel o que é viável com os R\$ 36 milhões assegurados e pleitear o restante para a conclusão das melhorias.

– Por isso que dividimos em etapas. O que temos no momento é suficiente para a faixa adicional.

Depois, é contar com a atuação da bancada catarinense em Brasília.

Até porque, salientou o senador Berger, os estudos técnicos indicam que no máximo 20% da intensidade do fluxo será reduzido quando o contorno viário iniciado em 2014 estiver finalizado. O traçado de 47,6 quilômetros para desviar o tráfego de longa distância da região metropolitana da Capital passa por quatro municípios.

Diário Catarinense e A Notícia
Giro Financeiro
"Saúde de padrão escandinavo"

Saúde de padrão escandinavo / João Rogério Sanson / Professor / Economia / UFSC



MACROECONOMIA

JOÃO ROGÉRIO SANSON

PROFESSOR DE ECONOMIA DA UFSC

Saúde de padrão escandinavo

Muitos usuários de serviços públicos de saúde no Brasil reclamam de sua baixa qualidade. Os mais viajados comparam o país com alguns países europeus, em especial os escandinavos, e defendem maiores gastos. Isso, no entanto, envolve qualificações.

Quem viaja pela Escandinávia verifica que a qualidade de seus serviços públicos de saúde é melhor do que no Brasil. A Noruega, o mais desenvolvido desses países, gastou 8,9% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em saúde, sendo 85% dessa fatia por meio do setor público. O blog Mundo Século XXI divulgou esses dados, com base em levantamentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para 2012.

O estudo conseguiu dados brasileiros para 2013. Os gastos totais de saúde foram 8% do PIB, com 45% pelo setor público. A porcentagem de gasto total estava próxima da Noruega. Contudo, a participação do setor público era menor.

Quem sabe se o Brasil gastar mais em serviços de saúde por meio do setor público não terá um padrão escandinavo? Na verdade, há um limite orçamentário incontestável no curto prazo.

Um exemplo ilustra isso. Se o PIB por pessoa de um país é 50 mil dólares ao ano e o de outro é apenas um quinto desse valor, e ambos gastam 10% em serviços públicos de saúde, esses gastos serão, respectivamente, 5 mil dólares e mil dólares por pessoa. Mas o país mais pobre precisaria da metade de seu PIB médio, ou seja, de

5 mil dólares, para igualar os gastos em saúde do país mais rico. Multiplicando o gasto por pessoa pela população, isso dá a metade do PIB do país pobre.

O serviço de saúde teria talvez a qualidade do país mais rico, mas a disponibilidade dos demais bens e serviços seria próxima dos países mais pobres do mundo.

Seguindo o mesmo blog, o setor público norueguês efetivamente gastou próximo de 5 mil dólares por pessoa. No Brasil, esse gasto foi pouco menos de 500 dólares por pessoa. Para alcançar a Noruega, o setor público brasileiro teria de gastar em saúde ao redor de 10 vezes o que gastou em 2013. Isso representaria 41% do PIB.

Para que o país mais pobre consiga o nível e a qualidade do serviço do país mais rico, o país mais pobre deve também ficar mais rico. Portanto, o crescimento do PIB é essencial.

O acesso universal à saúde do Brasil é admirável, mas é caro em relação ao seu PIB médio. Enquanto níveis mais altos desse PIB médio não forem atingidos, o país pode adotar ajustes mais baratos, como, por exemplo, investimentos em gestão e em serviços básicos realmente universais. Administradores públicos profissionais certamente terão boas sugestões para melhorar isso.

Apenas aumentar o crescimento dos gastos em saúde acima daquele do PIB pode sacrificar outros investimentos cruciais no longo prazo e a própria melhora futura da qualidade desses serviços.

**O ACESSO
UNIVERSAL À
SAÚDE DO BRASIL
É ADMIRÁVEL,
MAS É CARO EM
RELAÇÃO AO SEU
PIB MÉDIO**

Notícias do Dia Região

“Grupo denuncia truculência da PM”

Grupo denuncia truculência da PM / São José / Bahia / Rua Batista
Independência / Bairro Bela Vista / Luís Paulo dos Santos / 7º BPM /
Batalhão da Polícia Militar / Estudante / Curso de Antropologia / UFSC /
Universidade Federal de Santa Catarina / Fernando André da Silva

SÃO JOSÉ
Grupo denuncia truculência da PM

Um grupo de moradores da Bahia, que veio para São José em busca de melhores oportunidades, está denunciando a truculência policial na rua Batista Independência, 60, no bairro Bela Vista, onde mora Luís Paulo dos Santos, 31 anos. Policiais do 7º BPM (Batalhão da Polícia Militar) teriam invadido a casa por volta das 18h30 de domingo (29), sem mandado judicial, espancando moradores e desferido tiros de borracha. Com exceção do dono da casa, que lavava o carro no momento da invasão, os outros, minutos antes bebiam em um bar e teriam zombado dos policiais, que chamaram reforço.

As agressões ocorreram na frente de uma estudante de antropologia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Ela faz pesquisa de campo sobre a migração dos baianos e como eles estão vivendo na Grande Florianópolis.

O comandante do 7º BPM, tenente-coronel Fernando André da Silva, abriu um procedimento administrativo para apurar a ocorrência. O oficial afirmou ainda que as pessoas que se dizem vítimas também serão ouvidas. **(Colombo de Souza)**



COLONIBO DE SOUZA/AND

Casa na rua Batista Independência, onde ocorreram as agressões no domingo

Da queixa no bar à pancadaria generalizada

De acordo com Luís Paulo dos Santos, que há 12 anos trabalha com terraplanagem em São José, os contêrreiros bebiam em um bar e os vizinhos teriam pedido para baixar o som, por volta das 18h30. Uma guarnição da PM esteve no local e o dono do bar fechou as portas. “Neste instante alguém desdenhou dos PMs. Veio o reforço e todos correram em direção à minha rua. Como o portão de casa estava aberto, todos entraram”, contou.

“A PM entrou e começou a pancadaria. Os policiais não respeitaram nem a Tati [estudante de antropologia] que pedia para eles pararem”, contou o dono da casa. Ele disse ainda que foi confundido com as pessoas que estavam no bar e também apenhou. “Eles me arrastaram e me levaram para a delegacia. Espancaram também outras pessoas que não tinham a ver com aquela situação”, afirmou.

Notícias do Dia Opinião

“A UFSC que queremos”

A UFSC que queremos / Operação Ouvidos Mucos / UFSC / Universidade
Federal de Santa Catarina / Janaina Cassol Machado / Polícia Federal

8.Opinião NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, TERÇA-FEIRA, 1 DE MAIO DE 2018

A UFSC QUE QUEREMOS

O esforço dos indiciados pela operação Ouvidos Mucos para retornar à vida no campus da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) não é nada mais que um deboche às pessoas de bem e às instituições sérias de nosso Estado.

A lei brasileira garante a todos os acusados o direito à ampla defesa, com inúmeras instâncias como recurso. E o que a sociedade catarinense mais quer é passar a limpo a sua universidade federal. Nesse sentido, espera-se que essas pessoas aguardem a conclusão das investigações totalmente afastadas de suas funções. Por isso, fez muito bem a juíza federal Janaina Cassol Machado, ao indeferir os pedidos de retorno ao trabalho feitos por parte dos acusados. Dentro do campus, é obvio que terão acesso a informações privilegiadas, que podem interferir no andamento do processo.

Se provarem as suas inocências, que sejam reconduzidos e que o resultado do processo seja amplamente divulgado. Mas que tenham a decência de aguardar até o esclarecimento dos fatos.

Sempre tivemos orgulho da nossa universidade, celeiro de grandes talentos, nas mais variadas profissões. É preciso que a Polícia Federal e o Judiciário coloquem tudo em pratos limpos, para que não paire mais nenhuma dúvida sobre eventuais desvios de conduta e de recursos.

A UFSC que queremos é um centro de ensino de excelência, pautado na ética profissional e na moralidade administrativa. Que seja transparente à sua comunidade acadêmica e à população em geral. Que nos encha de orgulho com projetos de pesquisa e com centenas de milhares de bons profissionais. A UFSC que queremos é aquela mais perto da comunidade e envolvida com as necessidades da população catarinense. Não uma universidade que lembre a triste realidade da corrupção, que lutamos para combater.

É um centro de excelência, celeiro de talentos e grandes projetos, bem longe da corrupção.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[UFSC abre inscrições para o Vestibular 2018/2](#)

[Colaboradores de empresa de SC têm aulas de yoga, massagem e até cerveja liberada após o trabalho](#)

[Folha de pagamento dos servidores de Florianópolis em greve virá com desconto dos dias parados](#)

[Orgulho de Itabela: Jovem médico é convocado para servir à aeronáutica](#)

[Arcanjo atende duas ocorrências na Grande Florianópolis durante o feriado](#)

[Hospitais filantrópicos de SC sofrem com atraso de repasse de R\\$ 70 milhões do estado](#)